X Encontro Nacional de Economia Política

POBREZA RURAL NO BRASIL EM 2003
(RURAL POVERTY IN BRAZIL IN 2003)

Angela Kageyama

Rodolfo Hoffmann*

RESUMO:

O trabalho analisa a pobreza rural no Brasil combinando a medida tradicional da extensão da pobreza baseada na renda com aspectos relativos ao bem-estar ou desenvolvimento social, contemplando assim, de forma mais abrangente, as diferentes situações da pobreza rural. Foram utilizados os microdados da PNAD de 2003 para os domicílios situados em área rural, segundo a classificação do IBGE. Os pobres foram classificados em dois grupos (pobres e extremamente pobres) e descritos em termos de renda, escolaridade, ocupações e tipos de família, em comparação com a categoria dos não-pobres. Concluiu-se que a pobreza tem componentes demográficos e econômicos (relativos ao mercado de trabalho e à capacidade de obter rendimentos de outras fontes que não o trabalho) com origem nas próprias famílias, mas tem também um forte componente regional, que depende do processo geral de desenvolvimento territorial. As variações da pobreza rural entre 1995 e 2003 mostraram grande diversidade de tendências entre as categorias e regiões quando comparadas com as variações da proporção de pobres definidos apenas por uma linha de pobreza de renda, sugerindo que a definição de pobreza baseada em outros atributos além da renda possa ter uma contribuição metodológica de interesse para a focalização das políticas públicas.

ABSTRACT:

This article proposes a measure of rural poverty that combines the traditional measure of poverty, based on income, with some basic items of welfare such as access to water, sanitary installation and electricity. Using data from the National Household Sample Survey (PNAD), the rural population was grouped into three classes (extremely poor, poor and non-poor), which were then compared in terms of income, schooling, occupation and type of family. The conclusion is that rural poverty has demographic and economic components related to the labor market and the family's skills to get income from different sources. Rural poverty has also a strong regional determinant. Between 1995 and 2003, rural poverty decreased in Brazil, mainly in the category of the extremely poor. The number of extremely poor was reduced in 60% in that period. Nevertheless, we observe a variety of situations for different regions and categories of poor, especially when compared to the results obtained using just a traditional poverty line. The definition of poverty based on attributes that go beyond income alone can, thus, offer an interesting methodological contribution, in particular regarding issues that are the focus of public policy.

* Professores do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Caixa Postal 6135, Campinas, SP, 13083-857.

INTRODUÇÃO

O "meio rural", isto é, as áreas classificadas em oposição às áreas urbanas pelas fontes institucionais, e onde se concentram as atividades agrícolas e pastoris, sofreu, no mundo todo, grandes transformações em sua natureza e em suas funções. Abramovay (2003), apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. Kageyama (2004) aponta os seguintes elementos que caracterizam as áreas rurais: a) rural não é sinônimo de e nem tem exclusividade sobre o agrícola; b) o rural é multissetorial (pluriatividade) e multifuncional (funções produtiva, ambiental, ecológica, social); c) as áreas rurais têm densidade populacional relativamente baixa; d) não há um isolamento absoluto entre os espaços rurais e as áreas urbanas, existem redes mercantis, sociais e institucionais entre o rural e as cidades e vilas adjacentes. Alguns desses elementos favoreceram, na década de 1990, o forte crescimento do emprego rural não agrícola em quase todos os países da América Latina. Segundo Dirven (2004), em onze países latino-americanos (representando 72% da PEA da América Latina) havia 39% da população rural ocupada em atividades não-agrícolas em 1999 e mais de 40% da renda rural na América Latina dependia de atividades não-agrícolas.

As ocupações não-agrícolas podem constituir importantes vias de redução da pobreza, seja propiciando renda suficiente para superar a pobreza, no caso das atividades dinâmicas, seja abrigando os segmentos mais vulneráveis da população (mulheres, minorias étnicas, pessoas em condições de pobreza extrema), que tendem a concentrar-se nas atividades menos produtivas. Em todos os casos, demonstrou-se que uma condição essencial para que o ERNA (emprego rural não-agrícola) possa contribuir para a redução da pobreza é a existência de infra-estrutura básica para o desenvolvimento rural: serviços de comunicação, estradas e transportes, energia e água. (Dirven, 2004:67)

O crescimento do emprego rural não-agrícola e a diversificação das funções econômicas e sociais das áreas rurais provocaram transformações na natureza da pobreza rural. Para de Janvry e Sadoulet (2004), quatro tendências observadas na última década modificaram a natureza qualitativa da pobreza rural: a) a crescente diferenciação da localização da pobreza rural, que se apresenta de forma concentrada nas áreas marginais, de baixa densidade e isoladas dos mercados,

e de forma difusa nas áreas favorecidas por recursos naturais e econômicos; b) as mudanças na estrutura do emprego rural, com o crescimento das ocupações não-agrícolas e a diversificação das fontes de renda rural; c) as mudanças demográficas, com o crescimento do número de mulheres e o envelhecimento da população ativa; d) o crescimento da já elevada desigualdade social, devido à manutenção da má distribuição da terra e à reprodução das desigualdades no nível local (clientelismo, dificuldade de acesso à educação, entre outros fatores). Em função dessas alterações, e da assimetria entre o crescimento da renda e do bem-estar social na América Latina, os autores apontam a insuficiência das medidas de pobreza que levam em conta apenas a baixa renda.

Embora usando medidas baseadas apenas numa linha de pobreza, Barros et al. (2004) também levantam a hipótese de que a natureza da pobreza teria se alterado. Depois de constatar que a diferença de renda entre pobres e não-pobres no Brasil se deve fundamentalmente à pior qualidade dos postos de trabalho e ao menor acesso às transferências para a população pobre, os autores verificaram que entre 1992 e 2002 a melhoria da renda dos pobres esteve relacionada com outros fatores: a despeito da melhora na produtividade do trabalho, ocasionada pelo crescimento na qualificação dos trabalhadores pobres e pela melhoria nos postos de trabalho dessa população, ocorreu uma piora acentuada no grau de utilização da força de trabalho, fazendo com que os rendimentos do trabalho para as famílias pobres tenham ficado constantes no período. A renda das famílias pobres cresceu, no período analisado, devido basicamente ao aumento dos rendimentos de ativos e transferências e por reduções na razão de dependência nessas famílias.

O objetivo deste trabalho é analisar a pobreza rural no Brasil combinando a medida tradicional da extensão da pobreza com base em uma linha de pobreza pré-estabelecida com aspectos relativos ao bem-estar ou desenvolvimento social, contemplando assim, de forma mais abrangente, as diferentes situações da pobreza rural. Foram utilizados os microdados das PNADs de 1995 e 2003 para os domicílios situados em área rural, segundo a classificação do IBGE.

MEDIDAS DE POBREZA

A operacionalização do conceito de pobreza na pesquisa empírica tem sido tema de muitas discussões. A forma mais simples, e mais comumente utilizada, de medir a pobreza é pelo estabelecimento de um nível de renda (linha de pobreza) abaixo do qual as pessoas são

classificadas como pobres. Mesmo utilizando apenas a variável renda, medidas mais complexas de pobreza podem ser construídas. Um exemplo é o índice proposto por Foster, Greer e Thorbecke, que é função da proporção de pobres, da razão de insuficiência de renda e de uma medida da desigualdade de renda entre os pobres.[1]

Mas, como argumenta Hoffmann (1998:217),

> "Um problema dessa abordagem é que a renda é uma medida bastante imperfeita das condições de vida de uma pessoa (ou família), embora seja, nas economias de mercado, a melhor medida isolada dessas condições. Dado um certo nível de renda para uma família, as condições de saúde de seus membros, por exemplo, podem fazer com que ela esteja ou não em condições de pobreza. (...)
> Outro problema fundamental da obtenção das medidas de pobreza com base em dados sobre renda é a ausência de um critério claro para estabelecer a linha de pobreza, fazendo com que a escolha desse valor tenha muito de arbitrário."

Bradshaw e Finch (2003) argumentam na mesma linha, acrescentando que a privação de bens e condições de vida é que constitui o indicador direto de pobreza, sendo a renda apenas um indicador indireto. Além disso, a renda é um indicador pouco confiável, na medida em que as pessoas podem dar informações inexatas, os valores não são atualizados, há flutuações ao longo do ano, utiliza-se uma linha de pobreza arbitrária e assume-se uma distribuição igualitária dentro do domicílio.

No estudo do Banco Mundial de 1992-93 (Living Standard Measurement Study/ Household Income and Expenditure Survey), citado por Gafar (1998), várias razões são alegadas para utilizar os gastos em consumo, em vez da renda, como medida de bem-estar, entre elas: a dificuldade de estimar a renda do setor informal e dos ocupados por conta própria; a maior robustez das estimativas de consumo em comparação com as de renda; o fato de o consumo ser uma melhor medida do bem-estar a longo prazo, visto que a renda apresenta maiores flutuações no curto prazo. Além disso, as possibilidades de "despoupar" e de obter empréstimos podem fazer com que a renda subestime a real capacidade de consumo e bem-estar das famílias e, finalmente, as pesquisas de orçamentos familiares tendem a mostrar-se mais acuradas do que as enquetes sobre rendimentos.[2]

Mas mesmo a substituição da renda pelo consumo na definição das linhas de pobreza não resolve o problema. Citando Dreze e Sen, escreve Gafar:

---

[1] Para uma discussão dessa e outras medidas de pobreza, ver Hoffmann (1998).

[2] Um interessante estudo utilizando linhas de pobreza baseadas no consumo foi realizado por Davis et al. (2004) para o México. O trabalho mostra as mudanças nas diversas características das famílias pobres num período de crise econômica (1992-1996) e o papel dos programas e políticas sociais na redução e no abrandamento da pobreza.

> (a proporção de pobres) "é baseada na noção de pobreza como renda ou gasto insuficientes, e isto pode ser bastante inadequado, já que as privações podem assumir diferentes formas — várias inadequações de capacidades básicas relacionadas com diferentes fatores causais (como serviços públicos de saúde e sistemas de seguridade social) em adição às rendas privadas". (Dreze e Sen, apud Gafar, 1998:607)

Do ponto de vista macroeconômico, nem sempre o crescimento econômico é suficiente para eliminar a pobreza. Segundo Ranis e Stewart (2002), no processo de desenvolvimento atuam duas cadeias causais: do crescimento econômico ao desenvolvimento humano (pelo aumento da renda, investimento e gastos sociais) e do desenvolvimento humano ao crescimento econômico (pela qualificação da força de trabalho, pelas possibilidades de inovações tecnológicas e pela distribuição da renda). Da predominância ou do equilíbrio entre essas duas cadeias resultam diferentes padrões de crescimento, viesados ou equilibrados. Analisando dados de vários países da América Latina, os autores mostram que, no caso do Brasil, houve, nas décadas de 1960, 70 e 80 um viés pró crescimento econômico, com baixo desenvolvimento humano. Na década de 90 o Brasil teria entrado num padrão de "ciclo vicioso", em que os baixos padrões de desenvolvimento humano passaram a limitar o crescimento econômico e foram sucessivamente limitados por este. Mas, em contraste com a década de 80, nos anos 90 houve em geral um aumento de gastos sociais na América Latina, incluindo o Brasil, o que poderia preparar o caminho para um novo padrão de crescimento no decênio atual.

Para Gafar (1998), o crescimento é uma condição necessária para reduzir a pobreza, ao aumentar as oportunidades de emprego, o padrão de vida e os salários reais. Mas não é condição suficiente e, se o padrão de crescimento for urbano-viesado, capital intensivo e concentrador do emprego nos postos qualificados, a pobreza pode até crescer, mesmo com o aumento do PIB per capita. "Enquanto o PIB é uma boa proxy para o nível de desenvolvimento, não diz nada a respeito de como vive a população, nem capta mudanças na distribuição de renda e bem-estar para a grande maioria da população". (Gafar, 1998: 596-597). Nas áreas rurais, onde se concentra a pobreza nos países estudados (América Latina e Caribe) , a baixa renda se combina com a falta de eletricidade, de água potável, de instalações sanitárias apropriadas, de serviços de saúde e educação e de habitação adequada.

Desde a publicação do primeiro Relatório sobre Desenvolvimento Humano pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), idealizado e implementado naquele primeiro relatório como medida

suplementar ao PIB per capita para a avaliação do desenvolvimento, tanto o bem-estar como a pobreza passaram a ser considerados explicitamente como fenômenos multidimensionais em muitos trabalhos acadêmicos e instituições de políticas sociais.

Bradshaw e Finch (2003) sugerem que sejam usadas diferentes medidas de pobreza e que se dê prioridade, nas políticas sociais, àqueles grupos para os quais as medidas se superpõem, isto é, aos grupos que podem ser considerados pobres segundo mais de um critério simultaneamente. No caso empírico desenvolvido pelos autores para a Inglaterra, foram abordadas três dimensões da pobreza: a) a privação de certos itens considerados básicos para o bem-estar (a falta de 4 itens ou mais de um conjunto pré-estabelecido caracteriza a situação de pobreza); b) o fato de a pessoa se considerar pobre, isto é, a pobreza subjetiva; c) a renda (com uma linha de pobreza estabelecida em 60% da renda mediana). Utilizando esses critérios, constataram, na amostra estudada, que, embora a proporção de pobres em cada dimensão seja bastante próxima, muito poucos foram classificados simultaneamente como pobres pelas três medidas. Além disso, cada uma das dimensões gera grupos de pobres com diferentes características, o que tem implicações diretas sobre o foco das políticas de combate à pobreza. Os autores concluem propondo uma abordagem acumulativa, que assume que quanto maior o número de dimensões superpostas na classificação das pessoas ou famílias, mais severo é grau de pobreza e mais confiável é o indicador para discriminar entre pobres e não-pobres.

Adotando um enfoque multidimensional da pobreza, Barros et al. (2003) propõem um índice — denominado IDF, Índice de Desenvolvimento da Família — composto por 6 dimensões, com 26 componentes e 48 indicadores que podem ser calculados a partir das PNADs do IBGE. As seis dimensões que compõem o índice são: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. A maior vantagem desse índice é que, ao contrário do IDH e de outros indicadores sintéticos, pode ser calculado para cada família, podendo ser facilmente agregado para qualquer grupo demográfico e para municípios, regiões, etc.[3]

[3] Exemplos de outros indicadores multidimensionais que só podem ser calculados para regiões e não para famílias individualmente são o ICV (Índice de Condições de Vida, do IPEA, Fundação João Pinheiro e IBGE), o IQM (Índice de Qualidade dos Municípios, da Fundação CIDE, do Rio de Janeiro) e o Índice Paulista de Responsabilidade Social, da Fundação SEADE, de São Paulo. Para outros exemplos, Barros et al. (2003). Para uma análise comparativa do IDH-M (IDH municipal), IQM (Índice de Qualidade dos Municípios), ISE (Índice Sócio-Econômico) e IQM-Carências, Souza et al. (2004).

Neste trabalho adotamos uma classificação de pobres e não-pobres baseada numa combinação de nível de renda e três equipamentos básicos considerados indispensáveis para uma existência minimamente aceitável no meio rural. A classificação foi feita para as pessoas, podendo ser agregada por família, região ou outros grupos sociais.

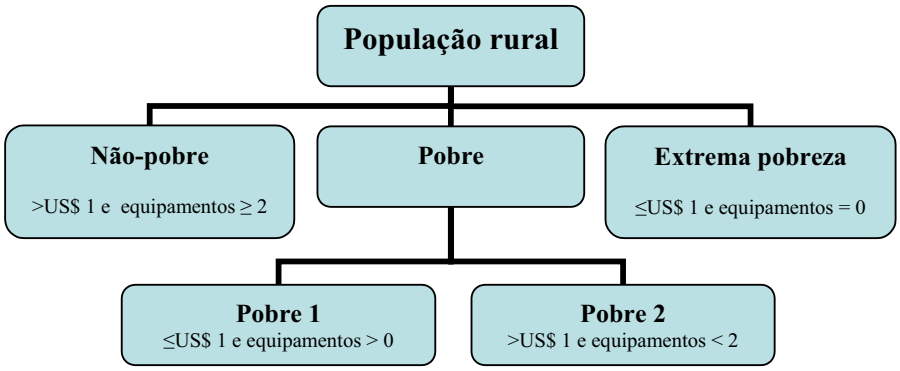
CLASSIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO RURAL: POBRES x NÃO-POBRES

Inicialmente foi estabelecida uma linha de pobreza de US$ 1.00 por pessoa por dia[4]. A pessoa com renda domiciliar per capita acima desse valor e cujo domicílio possui pelo menos dois dos três equipamentos definidos como básicos (água canalizada em pelo menos um cômodo, banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade e luz elétrica) foi considerada não-pobre[5]. Para as pessoas com renda abaixo da linha de pobreza foram consideradas duas situações:

- extrema pobreza: pessoas com renda menor que US$ 1.00 por dia e cujo domicílio não possui água canalizada em nenhum cômodo, nem banheiro ou sanitário e nem luz elétrica, ou seja, encontra-se em estado de privação dos três equipamentos básicos;

- pobreza: inclui pessoas com renda menor que US$ 1.00 por dia e cujo domicílio possui pelo menos um desses três equipamentos (pobre 1) e pessoas com renda maior que US$ 1.00 por dia vivendo em domicílio com menos de dois equipamentos (pobre 2).

O esquema e a tabela 1 mostram o resultado da classificação adotada:



[4] Em setembro de 2003, um dólar equivalia a R$ 2,9228 e o valor da linha de pobreza correspondia a uma renda domiciliar per capita de R$ 87,68 por mês. Nesse momento o salário mínimo mensal era de R$ 240,00.

[5] Na amostra da PNAD não foi encontrada nenhuma pessoa com renda exatamente igual à linha de pobreza, de forma que os grupos foram formados por pessoas com renda ou maior ou menor que US$ 1.00.

Tabela 1. População rural no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza

População	Número de moradores	Renda domiciliar per capita (R$ de setembro de 2003)
Não-pobre	*11.778.288 (44,8%)*	281,43
Pobre 1	9.649.342 (36,7%)	50,11
Pobre 2	2.481.225 (9,4%)	168,77
Total de pobres	*12.130.567 (46,1%)*	74,38
Extrema pobreza	*2.393.084 (9,1%)*	41,80
Total	26.301.939 (100,0%)	164,14

Fonte: PNAD 2003

A justificativa para essa classificação é, em primeiro lugar, considerar a pobreza não apenas pela baixa renda mas também incluindo algum indicador de privação de bens essenciais para uma condição de vida aceitável. Quanto à linha de pobreza adotada, procurou-se um valor que não fosse totalmente arbitrário (como uma fração do salário mínimo, por exemplo), já que um dólar por pessoa por dia tem sido uma referência utilizada por trabalhos acadêmicos e organizações internacionais. Por exemplo, nas Metas de Desenvolvimento do Milênio, adotadas por 189 países membros das Nações Unidas em 2002, o primeiro indicador a ser utilizado na Meta 1 ("erradicar a extrema pobreza e a fome") é a proporção da população que ganha menos de 1 dólar por dia. (IBGE, 2004:366). Mesmo considerando que a população alvo deste trabalho seja rural — cuja renda real deve estar subestimada devido à não inclusão da produção para autoconsumo e de alguns bens naturais a que possa ter acesso — o nível de menos de um dólar por dia (menos de R$ 87,68 por mês na data de referência da PNAD) é suficientemente baixo para que a pessoa possa ser seguramente classificada como pobre.

Quanto ao acesso a bens básicos, foram escolhidos três equipamentos que em princípio dependem menos da renda individual para sua aquisição e mais das condições de desenvolvimento da região (água encanada, luz elétrica e sanitário), e que são vitais para garantir melhores condições de saúde e higiene, podendo, por sua vez, permitir o acesso a outros bens duráveis de consumo (geladeira, televisão, etc.). Admitiu-se, na classificação adotada, que a privação desses três equipamentos básicos simultaneamente é um componente fundamental da pobreza; o acesso a nenhum ou apenas um dos equipamentos também é um elemento da condição de pobreza, mesmo quando a renda per capita supera a linha de um dólar por dia.

Pela tabela 1, constata-se que 9,1% da população rural no Brasil (sem contar a região Norte) vive em situação de extrema pobreza, com renda média de menos de meio dólar por dia. Outros 46% podem ser considerados pobres, com renda média equivalente a US$ 0.85 por dia. Os 45% de não-pobres ganham em média US$ 3.21 por dia, o que representa 1,17 salário mínimo por mês.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

A pobreza rural no Brasil está indubitavelmente concentrada na região Nordeste e nas áreas distantes de aglomerados, vilas e povoados, que o IBGE classifica como "rural exclusive aglomerado". A PNAD, seguindo a classificação do Censo Demográfico, identifica cinco tipos de áreas rurais: quatro são setores rurais situados em aglomerados rurais de diversos tipos (extensão urbana, povoado, núcleo, outros aglomerados) e a última é a zona rural que fica fora de qualquer tipo de aglomerado. Para Graziano da Silva (1999), esse "espaço exclusivamente rural", sem aglomerados, corresponde basicamente às fazendas agropecuárias, e são em essência áreas de propriedades privadas.

Pela PNAD de 2003, 87,8% da população rural brasileira vive nas áreas rurais sem aglomerados, as quais concentram 98,7% das pessoas em estado de extrema pobreza. A tabela 2 mostra a distribuição espacial da população rural nesse ano.

Tabela 2. Distribuição da população rural no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza, regiões e tipos de áreas rurais. (em %)

Região e área	Extrema pobreza	Pobre 1	Pobre 2	Pobres (1+2)	Não-pobres	Total
Nordeste	90,9	68,3	81,7	71,0	27,9	53,5
Sudeste menos SP	5,8	13,4	8,2	12,3	18,7	14,6
São Paulo	0,0	4,7	0,9	3,9	14,2	8,2
Sul	0,7	9,0	4,4	8,1	30,4	17,4
Centro-Oeste	2,6	4,6	4,8	4,7	8,8	6,3
Rural com aglomerado	1,3	15,1	4,5	12,9	13,6	12,2
Rural sem aglomerado	98,7	84,9	95,5	87,1	86,4	87,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 2003

O Nordeste abriga 53,5% da população rural, mas nessa região estão 91% da população extremamente pobre e 82% dos pobres de tipo 2. Essa área é um dos "bolsões de pobreza" da

América Latina, como observam de Janvry e Sadoulet (2004), que dificilmente são atingidos pelos benefícios do crescimento econômico do país. Para esses autores,

> "Parte dos pobres rurais está geograficamente concentrada em áreas rurais marginais (MRA) de baixa densidade populacional, definidas como áreas de fraca dotação agro-ecológica e/ou isoladas do acesso a mercados e centros de emprego." (idem:405)

Na situação oposta, São Paulo não tem população rural em extrema pobreza e, juntamente com a região Sul, tem uma proporção de pobres muito inferior à sua participação na população rural total. Note-se, ainda, que o "efeito aglomerado rural" aparece no caso dos extremamente pobres e dos pobres tipo 2 (os que possuem menos de dois equipamentos), indicando que é mais difícil, para as pessoas de baixa renda e vivendo longe de vilas e povoados, ter acesso aos equipamentos básicos de higiene (água e sanitário) e energia elétrica. Para os pobres e não-pobres a distribuição da população entre áreas rurais com e sem aglomerados não difere da observada para a população rural total.

RENDIMENTOS, ESCOLARIDADE E OCUPAÇÃO

O rendimento médio das pessoas em situação de pobreza não atinge a linha de um dólar por dia, mesmo que a categoria "pobres" tenha incluído pessoas acima dessa linha, desde que não possuíssem equipamentos considerados indispensáveis para uma vida minimamente aceitável na área rural. Os extremamente pobres tiveram rendimentos médios em torno de 15 dólares por mês em todas as regiões e nos dois tipos de rural e para os pobres o valor ficou em torno dos 25 dólares. Nota-se grande homogeneidade regional, ao contrário do que se verifica para os não-pobres, em que o rendimento varia de 68 dólares a 118 dólares, conforme a região.

Ao contrário do esperado, as rendas médias no rural com aglomerado ficaram sempre abaixo do rural sem aglomerado, em todas as situações. A existência de aglomerados, vilas e povoados, deveria ser um fator positivo para o desenvolvimento local das áreas rurais, para a melhoria dos empregos e da renda. É possível que, aqui, dada a predominância absoluta das áreas sem aglomerados (o que torna a amostra das áreas com aglomerado pequena, na PNAD) e dados os prováveis problemas de delimitação e nomenclatura, essa classificação não seja representativa do fenômeno que se quer estudar. Não se descarta, no entanto, a possibilidade de que parte da população rural vivendo próxima a vilas e povoados possa ter perdido a agricultura como fonte

de renda, passando a depender de ocupações informais com menor rendimento nessas localidades. Somente pesquisas adicionais poderiam trazer informações mais conclusivas.

Tabela 3. Renda domiciliar per capita média mensal para a população rural no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza, regiões e tipos de área rural (em dólares* de setembro de 2003)

Região	Extrema pobreza	Pobres tipo 1	Pobres tipo 2	Pobres (1+2)	Não-pobres	Total
Nordeste	14.20	16.32	57.50	26.01	68.48	34.09
Sudeste menos SP	14.91	18.34	59.58	23.94	93.46	63.51
São Paulo	-	19.94	46.44	21.23	105.43	86.92
Sul	13.75	19.31	58.91	23.73	118.64	97.96
Centro-Oeste	16.52	18.81	59.87	27.41	98.34	71.11
Rural com aglomerado	12.86	16.89	53.42	19.50	82.31	50.85
Rural sem aglomerado	14.32	17.19	57.95	26.33	98.49	56.89
Total	14.30	17.14	57.74	25.45	96.29	56.16

* US$ 1.00 = R$ 2,9228
Fonte: PNAD de 2003

A escolaridade, ao contrário, apresentou diferenças positivas a favor das áreas com aglomerados, além de mostrar maior heterogeneidade regional dentro de cada categoria da população[6] (tabela 4). As duas categorias de pobres apresentaram escolaridade média abaixo de 4 anos (com a única exceção de São Paulo), sendo que aqueles em extrema pobreza tiveram em média menos de 2 anos de estudo. Considerando a população rural como um todo, apenas três regiões e a área rural com aglomerados apresentaram mais de 4 anos de escolaridade média. Mesmo entre os não-pobres, a escolaridade formal é muito baixa na zona rural (cerca de 4 anos e meio), não atingindo 6 anos em nenhuma região do país.

[6] A variável da PNAD referente ao número de anos de estudo tem como nível mais elevado "15 anos ou mais", que foi considerado igual a 15 neste trabalho. Por tratar-se de área rural, há pouquíssimas ocorrências desse valor na amostra (209 casos, representando 0,4% da amostra), o que não deve comprometer os resultados obtidos.

Tabela 4. Anos de estudo (média) para a população rural de mais de 7 anos no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza, regiões e tipos de área rural.

Região	Extrema pobreza	Pobres	Não-pobres	Total
Nordeste	1,91	2,64	3,87	2,85
Sudeste menos SP	2,71	3,38	4,17	3,83
São Paulo	-	4,28	5,52	5,27
Sul	2,09	3,84	5,06	4,81
Centro-Oeste	2,55	3,54	4,72	4,26
Rural com aglomerado	2,65	3,30	5,06	4,23
Rural sem aglomerado	1,97	2,87	4,51	3,56
Total	1,98	2,93	4,59	3,64

Fonte: PNAD de 2003

Na composição dos rendimentos, destacam-se o trabalho e as aposentadorias, em todas as categorias da população (tabela 5). Note-se que as aposentadorias e pensões são relativamente mais importantes para os pobres (27,8% da renda total), podendo ter um papel fundamental para que essas pessoas não caiam na categoria de extremamente pobres. Para estas, as aposentadorias não chegam a 15% da renda total, mas ganham mais destaque, em comparação com as demais categorias, os "juros de caderneta de poupança e de outras aplicações, dividendos e outros rendimentos". A explicação para a maior parcela de "juros, etc." na categoria dos extremamente pobres é que os "outros rendimentos" contidos nessa variável da PNAD incluem ajuda de programas oficiais, como bolsa escola e renda mínima, que são direcionados para as famílias mais pobres. As aposentadorias representaram, em média, 22% da renda total das famílias rurais em 2003.

Nos domicílios com aposentados ou pensionistas, a importância do rendimento da aposentadoria para compor a renda domiciliar é fundamental, especialmente nas categorias mais pobres (tabela 6).

Tabela 5. Composição relativa dos rendimentos para a população rural no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza. (em %)

Fonte de renda	Extrema pobreza	Pobres	Não-pobres	Total
Todos os trabalhos	75,1	66,5	75,8	73,8
Aposentadorias e pensões	14,4	27,8	21,2	22,4
Aluguel	0,01	0,1	1,4	1,1
Juros e outros	9,3	4,7	1,3	2,2
Doações	1,2	0,9	0,3	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 2003

Tabela 6. Composição relativa dos rendimentos nos domicílios com aposentados ou pensionistas, para a população rural no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza. (em %)

Fonte de renda	Extrema pobreza	Pobres	Não-pobres	Total
Todos os trabalhos	28,6	31,2	51,5	47,3
Aposentadorias e pensões	66,7	66,5	45,9	50,1
Outras	4,7	2,3	2,6	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 2003

Quanto mais pobre o domicílio, menor a participação do trabalho e maior a participação das aposentadorias e pensões na renda familiar. O trabalho contribui com apenas 28,6% dos rendimentos nos domicílios com aposentados ou pensionistas na categoria de extrema pobreza; as aposentadorias e pensões respondem por dois terços do rendimento total das duas categorias de pobres, caindo para 45,9% nos não-pobres. Mas nesta última categoria, em 23% dos domicílios com aposentados as aposentadorias constituem 100% do rendimento total do domicílio. Entre os pobres, em 28,5% dos domicílios com aposentados as aposentadorias constituem 100% do rendimento total e, entre os extremamente pobres essa proporção é menor (11,4% dos domicílios). No total, são 578,5 mil domicílios rurais que dependem inteiramente de aposentadorias e pensões para sobreviver, sendo que 54% desses domicílios estão no Nordeste.

A taxa de ocupação é mais favorável no caso dos não-pobres (aproximadamente 67% contra 60% nas categorias de pobres) e há uma nítida diferença na estrutura das ocupações entre as três categorias (tabela 7). Os extremamente pobres praticamente não encontram ocupação fora da agricultura (93,4% dos ocupados no ano são trabalhadores agrícolas), para os pobres as ocupações não-agrícolas já ultrapassam 15% e na categoria dos não-pobres cerca de 36%

possuem ocupações não-agrícolas como trabalho principal, predominando os serviços em geral e aqueles ligados à produção industrial, reparação e manutenção.[7]

Tabela 7. Grupos de ocupações no trabalho principal do ano para a população rural no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza. (em % dos ocupados)

Grupos de ocupações	Extrema pobreza	Pobres	Não-pobres	Total
% Ocupados/ pessoas 5 anos e mais	62,8	59,6	66,9	63,3
Trabalhadores agrícolas	93,4	83,5	64,5	74,9
Trabalhadores dos serviços	3,0	6,3	11,1	8,4
Vendedores e outros do comércio	0,3	1,9	3,7	2,7
Indústria, reparação e manutenção	2,4	6,6	12,5	9,1
Outras ocupações	0,9	1,7	8,2	4,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 2003

RAZÃO DE DEPENDÊNCIA E TIPO DE FAMÍLIA

Barros et al. (2004:16) mostram que "a baixa renda per capita de uma família pode advir de apenas dois fatores imediatos: a) uma baixa renda média dos adultos; ou b) uma alta razão de dependência". A razão de dependência demográfica é a relação entre os membros não-adultos e os adultos em uma família. A proporção de adultos (definidos como as pessoas de mais de 15 anos) e a razão de dependência são inversamente relacionadas e a primeira foi usada pelos autores em modelos de determinação de renda e pobreza. Considerando os dois determinantes imediatos da renda, concluíram que entre 1992 e 2002 as diferenças na proporção de adultos contribuíram para explicar 32% nas diferenças de renda per capita e cerca de 15% das diferenças de renda entre diferentes grupos de pobres e não-pobres.

Na tabela 8 são apresentadas as proporções de adultos para os grupos estudados neste trabalho, podendo-se constatar a grande diversidade de situações, porém no sentido previsto, ou seja, quanto maior o nível de pobreza, menor a proporção de adultos (maior a razão de dependência). A diferença entre a extrema pobreza e os não-pobres chega a 25 pontos percentuais

[7] Serviços (códigos 5101 a 5199 da CBO) incluem serviços de transporte, saúde e cuidados pessoais, domésticos, hotelaria e alimentação, segurança, manutenção de edifícios e logradouros, entre outros. A Produção de Bens e Serviços Industriais e de Reparação e Manutenção (diversos códigos dos sub-grupos 71 a 78, 84, 87 e 91 da CBO) inclui, por exemplo, construção civil, montadores de máquinas e equipamentos mecânicos, inclusive automóveis, trabalhadores de equipamentos eletrônicos, trabalhadores das diversas indústrias (madeira, têxteis, calçados, alimentos, etc.), além dos ocupados em reparação e manutenção de máquinas, veículos, equipamentos agrícolas, residências, etc.

ou mais, mesmo na região mais pobre, o Nordeste. Na primeira categoria a proporção de adultos varia em torno de 50%, enquanto na dos não-pobres fica entre 72% e 77%. Note-se que, no caso da categoria dos pobres, o Nordeste apresenta uma proporção de adultos um pouco maior que as demais regiões.

Tabela 8. Proporção de adultos (pessoas de mais de 15 anos) na população rural no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza e regiões. (em %)

Região	Extrema pobreza	Pobres	Não-pobres	Total
Nordeste	50,5	60,2	77,6	62,8
Sudeste menos SP	52,4	57,9	77,5	68,9
São Paulo	-	54,7	72,6	68,7
Sul	53,5	57,0	76,2	72,0
Centro-Oeste	57,8	59,2	72,8	67,6
Total	50,9	59,4	76,0	66,1

Fonte: PNAD de 2003

Tabela 9. Tipo de família para a população rural no Brasil (exceto região Norte) em 2003, segundo classes de pobreza. (em % dos moradores)

Tipo de família	Extrema pobreza	Pobres	Não-pobres	Total
Casal sem filhos	3,9	5,9	14,4	9,5
Casal com todos os filhos < 14 anos	44,0	36,7	28,0	33,5
Casal com todos os filhos ≥ 14 anos	6,9	13,1	23,9	17,4
Casal com filhos < 14 anos e ≥ 14 anos	33,0	28,5	16,4	23,5
Mãe com todos os filhos < 14 anos	4,4	4,0	2,4	3,3
Mãe com todos os filhos ≥ 14 anos	2,0	3,4	5,7	4,3
Mãe com filhos < 14 anos e ≥ 14 anos	2,2	2,9	1,4	2,2
Outros tipos de família	3,6	5,5	7,7	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 2003

A razão de dependência está relacionada com o tipo de família. Na tabela 9 pode-se verificar que nas categorias mais pobres predominam as famílias com filhos menores de 14 anos (exclusivamente ou junto com filhos maiores de 14 anos), enquanto que entre os não-pobres são mais freqüentes as famílias formadas por casais sem filhos ou com todos os filhos maiores de 14 anos, em comparação com as outras categorias. Considerando todos os tipos de família em que há

filhos de menos de 14 anos, as proporções variam de 48,2% nos não-pobres a 72,1% nos pobres e 83,6% nos extremamente pobres.

Embora na área rural sejam menos freqüentes as famílias formadas apenas por mulher e filhos, nas categorias mais pobres há proporcionalmente mais famílias formadas pela mãe e filhos pequenos, menores de 14 anos. Entre os não-pobres, considerando as famílias só com mãe e filhos, há uma proporção maior daquelas com todos os filhos com 14 anos ou mais.

VARIAÇÃO ENTRE 1995 E 2003

Utilizando as mesmas definições, foi calculado o número de moradores rurais em cada categoria de pobres e não-pobres para o ano de 1995, que foi escolhido para comparação com 2003 por representar o início do período de estabilização da inflação e da moeda no Brasil[8]. Deve-se lembrar, no entanto, que a área definida como rural em 2003 não corresponde, fisicamente, à área rural de 1995, devido às alterações administrativas que vão sendo feitas pelos municípios ao longo do tempo e que foram incorporadas pelo IBGE por ocasião do Censo Demográfico de 2000.

A tabela 10 apresenta o número de moradores em cada categoria, por região, e a tabela 11 mostra a variação relativa entre os dois anos. Verifica-se uma grande diversidade de comportamentos entre categorias e entre regiões, destacando-se os dois tipos de "pobres" (1 e 2).

A extrema pobreza reduziu-se 60% na população rural, bem acima da variação do total da população rural, que foi de menos 13%. Essa categoria reduziu-se de forma consistente em todas as regiões, notadamente no Sul e em São Paulo, onde já representava menos de 3% da população rural.

[8] A linha de pobreza em 1995 foi calculada mantendo-se constante, em termos reais, o valor utilizado em 2003. Em setembro de 1995, o valor equivalente em termos reais à linha de pobreza de 2003 foi R$ 45,98 mensais, obtido deflacionando o valor de R$ 87,68 de setembro de 2003 pela inflação acumulada de setembro de 1995 a setembro de 2003 pelo INPC, que foi 90,6736%.

Tabela 10. População rural no Brasil (exceto região Norte) em 1995 e 2003, segundo classes de pobreza e regiões. (milhares de pessoas)

Região	Extrema pobreza		Pobres 1		Pobres 2		Pobres (1+2)		Não-pobres		Total	
	1995	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***
Nordeste	4.854,6	2.176,3	4.970,8	6.590,7	3.348,0	2.027,5	8.318,9	8.618,2	2.520,7	3.284,7	15.694,2	14.079,3
Sudeste - SP	670,7	137,7	1.504,8	1.291,1	601,3	202,8	2.106,1	1.493,9	2.477,6	2.198,0	5.254,4	3.829,6
São Paulo	15,9	0	361,7	449,9	56,5	23,0	418,2	472,9	1.888,7	1.677,7	2.322,9	2.150,6
Sul	199,9	16,4	1.288,2	870,2	332,6	109,3	1.620,8	979,5	3.342,5	3.584,0	5.163,2	4.579,9
Centro-Oeste	262,3	62,6	431,9	447,5	303,5	118,6	735,4	566,1	867,4	1.033,9	1.865,2	1.662,6
Total	6.003,5	2.393,1	8.557,4	9.649,3	4.642,0	2.481,2	13.199,4	12.130,6	11.096,9	11.778,3	30.299,8	26.301,9

Fonte: PNAD de 1995 e 2003

Tabela 11. Variação percentual da população rural no Brasil (exceto região Norte) entre 1995 e 2003, segundo classes de pobreza e regiões. (%)

Região	Extrema pobreza	Pobres 1	Pobres 2	Pobres (1+2)	Não-pobres	Total
Nordeste	–55,2	32,6	–39,4	3,6	30,3	–10,3
Sudeste menos SP	–79,5	–14,2	–66,3	–29,1	–11,3	–27,1
São Paulo	–100,0	24,4	–59,3	13,1	–11,2	–7,4
Sul	–91,8	–32,4	–67,1	–39,6	7,2	–11,3
Centro-Oeste	–76,1	3,6	–60,9	–23,0	19,2	–10,9
Total	–60,1	12,8	–46,5	–8,1	6,1	–13,2

Fonte: PNAD de 1995 e 2003

Os pobres de tipo 1, que são pobres pela renda mas possuem algum equipamento básico, aumentaram em três regiões (São Paulo, Nordeste e Centro-Oeste) e no total (12,8% no total). Mas os pobres de tipo 2, que estão acima da linha de pobreza de renda mas possuem zero ou um equipamento apenas, reduziram-se em todas as regiões (variação de menos 46,5% no total) . Em outras palavras, a pobreza pela renda aumentou, enquanto a pobreza relacionada com o bem-estar (mínimo, é verdade) diminuiu, em todas as regiões do país. Isso seria coerente com a interpretação de Ranis e Stewart (2002), de que na década de 90 o crescimento foi limitado[9]

[9] No Brasil, entre 1995 e 2003, o PIB per capita cresceu apenas 3,42%.

porém as condições da pobreza podem ter melhorado devido ao aumento dos gastos sociais. Quando se considera a soma dos pobres dos dois tipos, as variações ficam atenuadas (menos 8,1% no total), devido a esse efeito de aumento e redução nas parcelas.

Apesar da redução da população rural total em todas as regiões, o número de não-pobres cresceu no Nordeste, Sul e Centro-Oeste, e também no total do país (6,1%), revelando uma melhoria bastante disseminada das condições de vida no campo. Os não-pobres, deve-se lembrar, estão acima da linha de pobreza e possuem dois ou mais equipamentos básicos no domicílio.

Com essas mudanças, houve uma redistribuição espacial da pobreza, como mostra a tabela 12. Cresceu a participação do Nordeste em todos os tipos de pobreza, acima do crescimento de sua participação na população rural total, enquanto, com a única exceção de São Paulo, que elevou sua participação no número de pobres do tipo 1, todas as outras regiões do país reduziram sua participação em todos os tipos de pobreza. Pode-se dizer que entre 1995 e 2003 a pobreza rural tendeu a concentrar-se mais ainda no Nordeste, reforçando a idéia de constituir um enorme bolsão de pobreza.

Tabela 12. Distribuição regional da população rural no Brasil (exceto região Norte) em 1995 e 2003, segundo classes de pobreza. (em %)

Região	Extrema pobreza		Pobres 1		Pobres 2		Pobres (1+2)		Não-pobres		Total	
	1995	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***
Nordeste	80,9	90,9	58,1	68,3	72,1	81,7	63,0	71,0	22,7	27,9	51,8	53,5
Sudeste - SP	11,2	5,8	17,6	13,4	13,0	8,2	16,0	12,3	22,3	18,7	17,3	14,6
São Paulo	0,3	0,0	4,2	4,7	1,2	0,9	3,2	3,9	17,0	14,3	7,7	8,2
Sul	3,3	0,7	15,1	9,0	7,2	4,4	12,3	8,1	30,1	30,4	17,0	17,4
Centro-Oeste	4,4	2,6	5,0	4,6	6,5	4,8	5,6	4,7	7,8	8,8	6,2	6,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD de 1995 e 2003

A extensão da pobreza, dada pela proporção de pobres na população, foi calculada para as diferentes categorias de pobreza e regiões, apresentando-se os resultados na tabela 13. Com exceção de São Paulo, a proporção do total de pobres na população rural diminuiu entre 1995 e 2003 nas várias regiões e no total do Brasil (de 63,4 para 55,2%), mas verificam-se variações em sentidos contrários nas diferentes categorias de pobreza. Houve redução da proporção dos extremamente pobres e dos pobres de tipo 2, em todas as regiões; mas a proporção dos pobres de tipo 1 (que tem renda mais baixa) cresceu substancialmente em quatro das regiões estudadas. No

Nordeste, a proporção de pobres de tipo 1 na população rural passou de 31,7% para 46,8%; a proporção do tipo 2 caiu de 21,3% para 14,4%; a extrema pobreza reduziu-se de 30,9% para 15,5%. O resultado final é que a proporção total de pobres no Nordeste mostrou uma redução mais atenuada, de 83,9% para 76,7%.

A análise da pobreza a partir da superposição de diferentes atributos — baixa renda e carências, por exemplo, como foi feito neste trabalho — pode revelar transformações internas nos agrupamentos existentes na população pobre e mudanças na sua distribuição regional, bem como na "natureza" da pobreza. Sobre este último ponto, por exemplo, houve, no período estudado, um crescimento do grupo de pobres com baixa renda mas com acesso a algum equipamento de infra-estrutura (tipo 1), e uma redução da extrema pobreza, em que, além da baixa renda, não há acesso a nenhum dos equipamentos considerados. É possível que parte da população que estava nesta última categoria tenha se transferido para o outro grupo em função de melhorias nas condições de vida, pelo próprio desenvolvimento local de suas regiões ou por intervenções de políticas públicas de gastos sociais.

Tabela 13. Proporção de pobres na população rural no Brasil (exceto região Norte) em 1995 e 2003, segundo classes de pobreza. (em %)

Região	Extrema pobreza		Pobres 1		Pobres 2		Pobres (1+2)		Não-pobres		Total*	
	1995	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***	***1995***	***2003***
Nordeste	30,9	15,5	31,7	46,8	21,3	14,4	53,0	61,2	16,1	23,3	83,9	76,7
Sudeste - SP	12,8	3,6	28,6	33,7	11,4	5,3	40,1	39,0	47,2	57,4	52,8	42,6
São Paulo	0,7	0,0	15,6	20,9	2,4	1,1	18,0	22,0	81,3	78,0	18,7	22,0
Sul	3,9	0,4	24,9	19,0	6,4	2,4	31,4	21,4	64,7	78,3	35,3	21,7
Centro-Oeste	14,1	3,8	23,2	26,9	16,3	7,1	39,4	34,0	46,5	62,2	53,5	37,8
Total	19,8	9,1	28,2	36,7	15,3	9,4	43,6	46,1	36,6	44,8	63,4	55,2

*Proporção do total de pobres (1+2) e extremamente pobres.
Fonte: PNAD de 1995 e 2003

Para reforçar a importância da maior discriminação dentro do que se costuma definir como população pobre, apresentam-se na tabela 14 os dados para 1995 e 2003 considerando-se apenas a linha de pobreza pela renda domiciliar per capita como elemento de identificação dos pobres. O número de pobres obviamente é menor, devido ao critério mais restritivo de definição, mas as variações entre os anos são bem diferentes. Para o total de pobres, pelo critério exclusivo da renda tem-se uma redução de 17,3%, enquanto usando a metodologia proposta neste trabalho a

redução é 24,4%. No Nordeste, tem-se uma variação negativa de 10,8% contra uma de 18,1%, respectivamente. Note-se que pelos dois procedimentos a pobreza rural em São Paulo aumentou de forma expressiva (19,1% apenas pela renda e 8,9% pelo critério combinado).

A proporção de pobres pelo critério exclusivo da renda variou muito pouco na maioria das regiões (de 48,1% para 45,8% no total do país), sugerindo uma certa paralisia no processo de redução da pobreza rural, especialmente nas duas regiões mais pobres (Nordeste e Sudeste exclusive São Paulo). Mas, como se viu anteriormente, houve importantes ganhos em termos de redução da extrema pobreza e dos pobres que possuem um rendimento um pouco superior combinado com carência de infra-estrutura domiciliar.

Tabela 14. Número e proporção de pobres pela renda* na população rural no Brasil (exceto região Norte) entre 1995 e 2003.

Região	Nº de pobres em 1995 (1.000)	Nº de pobres em 2003 (1.000)	Variação (%)	Proporção de pobres em 1995	Proporção de pobres em 2003
Nordeste	9.825,5	8.767,0	–10,8	62,6	62,3
Sudeste menos SP	2.175,5	1.428,8	–34,4	41,4	37,3
São Paulo	377,6	449,9	19,1	16,3	20,9
Sul	1.488,1	886,6	–40,4	28,8	19,4
Centro-Oeste	694,2	510,1	–26,5	37,2	30,7
Total	14.560,9	12.042,4	–17,3	48,1	45,8

*Pessoas com renda domiciliar per capita abaixo das linhas de pobreza de R$ 87,68 em 2003 e R$ 45,98 em 1995.
Fonte: PNAD de 1995 e 2003

Para avaliar se o crescimento econômico é ou não especialmente favorável aos pobres, Son (2004) propôs o uso da "curva do crescimento para pobres", que mostra a taxa de crescimento da renda média para percentuais acumulados da população, ordenada do mais pobre para o mais rico. A curva inicia com a taxa de crescimento da renda média dos 1% mais pobres e termina com a taxa de crescimento da renda média de toda a população. A ordenada do ponto de abcissa 40, por exemplo, é a taxa de crescimento da renda média dos 40% mais pobres.

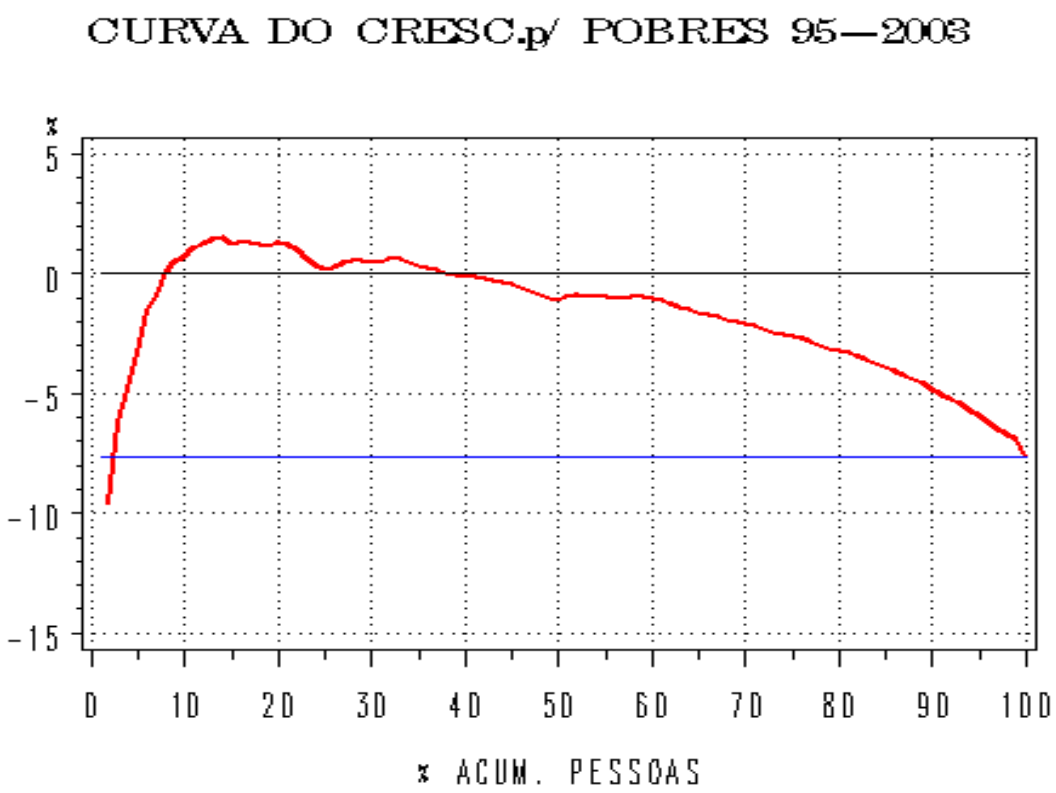
A figura 1 mostra a curva de crescimento para pobres, considerando a distribuição da renda domiciliar per capita no Brasil, entre 1995 e 2003. Note-se que a linha horizontal que assinala a variação do crescimento da renda média geral tem ordenada negativa (-7,7%) e que o

crescimento só é positivo quando se consideram proporções acumuladas da população de 8% a 38%.

Son (2004) mostra que, se a ordenada da curva de crescimento para pobres é, antes do seu ponto final, maior do que a taxa de variação do rendimento médio de toda a população, ocorreu redução da desigualdade. Quando isso acontece e a renda média cresce, ele diz que houve "crescimento pró-pobre".

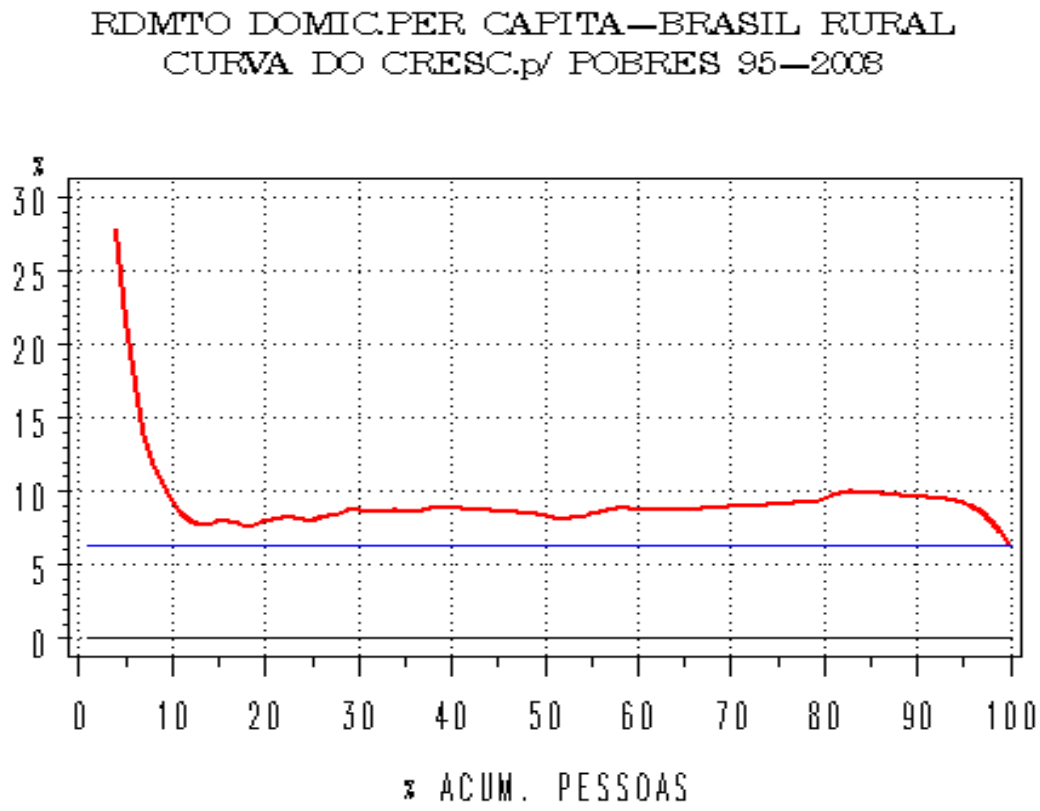
A figura 1 mostra que para o Brasil, entre 1995 e 2003, não podemos falar em crescimento, pois a renda média sofreu redução. Também não podemos dizer que essa redução na renda foi menos prejudicial para os pobres, pois a renda média dos 2% mais pobres sofreu uma redução (-9,6%) maior do que a redução na média geral.

FIGURA 1



A figura 2 mostra a curva de crescimento para pobres, entre 1995 e 2003, considerando a distribuição do rendimento per capita apenas para domicílios na área rural do país[10]. Verifica-se que nesse caso há crescimento pró-pobre. A média geral cresce 6,4%, e o crescimento é maior para a renda média de qualquer proporção acumulada de pobres, mostrando que houve crescimento com redução da desigualdade.

FIGURA 2



[10] No caso da Região Norte, foram incluídos apenas os domicílios rurais de Tocantins, já que para os outros estados a PNAD não coleta dados das áreas rurais.

CONCLUSÕES

Existem no Brasil 14,5 milhões de pessoas pobres na zona rural, das quais 2,4 milhões vivem em condição de extrema pobreza. Este último grupo tem rendimento médio per capita de menos de meio dólar por dia e vive em domicílios que não possuem água canalizada em nenhum cômodo, nem banheiro ou sanitário e nem luz elétrica. Os extremamente pobres estão concentrados no Nordeste (91%) e nas áreas rurais isoladas, sem aglomerados como núcleos, vilas e povoados (99%) e têm como ocupação quase exclusiva a agricultura (93% dos ocupados).

A condição de extrema pobreza está ligada, de um lado, ao subdesenvolvimento regional (Nordeste) e local (distante de aglomerados), que impõe privações nas condições básicas de existência, como a falta de luz elétrica, água encanada e sanitário; de outro lado, a pobreza tem raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias. No grupo classificado como extremamente pobre neste trabalho, constata-se uma forte inferioridade em termos desses atributos: a razão de dependência atinge em média 0,96 (ou seja, para cada adulto há praticamente um menor dependente), enquanto entre os não-pobres a razão é 0,32; os casais com filhos menores de 14 anos representam 77% das famílias, enquanto para os não-pobres são 44%; a escolaridade média é de apenas 1,98 ano, contra 4,59 anos dos não-pobres; as aposentadorias correspondem a 14% da renda total dos domicílios extremamente pobres, mas 21% nos não-pobres.

Em resumo, os extremamente pobres encontram-se em tal situação de carência em relação a todos os atributos individuais, familiares e territoriais, que dificilmente conseguirão romper essa cadeia para alcançar melhores condições no mercado de trabalho ou para ter acesso a outras fontes de elevação da renda. Para esse grupo, somente fortes programas de amparo social e ações de desenvolvimento local, incluindo educação e orientações de controle demográfico, poderiam alterar radicalmente sua condição.

O grosso da pobreza rural (cerca de 12 milhões de pessoas) não está nessa condição extrema, mas também padece dos mesmos tipos de limitação para sair da situação de pobreza. Esse grupo tem rendimento médio de menos de um dólar por dia (US$ 25.5 por mês), escolaridade baixa (2,92 anos de estudo), forte dependência da agricultura (83,5% dos ocupados) e razão de dependência relativamente alta (0,68). Mas os pobres estão um pouco mais dispersos regionalmente (29% encontram-se fora do Nordeste) e mais próximos a aglomerados rurais (13%). As aposentadorias contribuem com fração maior da renda domiciliar (28%) e já se

observa o maior acesso a ocupações nos setores de serviços e industriais, reparação e manutenção (13% dos ocupados). É possível que políticas que fortaleçam as capacitações individuais e o desenvolvimento dos mercados de trabalho locais tenham maior eficácia junto a este grupo no sentido de alcançar uma trajetória de saída da pobreza.

No período que teve início em 1995, com a estabilização da inflação, ocorreram mudanças na composição da pobreza que podem indicar uma mudança na sua "natureza", como apontam alguns autores. Pudemos constatar uma grande diversidade de comportamentos entre categorias e entre regiões, com uma forte redução da extrema pobreza, um aumento consistente dos pobres de tipo 1 em todas as regiões e uma redução geral dos pobres de tipo 2. A pobreza captada pela renda aumentou, enquanto a pobreza relacionada com o bem-estar (em termos de três equipamentos básicos) diminuiu, em todas as regiões do país. Em termos regionais, cresceu a participação do Nordeste em todos os tipos de pobreza, enquanto as outras regiões do país reduziram sua participação em todos os tipos de pobreza, com exceção de São Paulo, em que se eleva a participação regional nos pobres de tipo 1.

Excetuando os anos de 1996 a 1998, no restante no período analisado o PIB agropecuário apresentou desempenho bastante favorável, possibilitando a redução da pobreza rural e o crescimento pró-pobre.

A comparação do resultado obtido combinando dois critérios para definir pobreza (baixa renda e carências) com a definição tradicional apenas pela linha de pobreza sugere que a primeira vertente metodológica traz ganhos em termos da análise das transformações na composição e na distribuição espacial da pobreza, podendo contribuir para a melhor focalização das políticas de combate à pobreza no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003. 149 p.

BARROS, R. P. et al. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, Texto para Discussão nº 986, outubro de 2003. 20p.

BARROS, R. P. et al. **Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil – Implicações para crescimento, pobreza e desigualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 187 p.

BRADSHAW, J. e FINCH, N. Overlaps in dimensions of poverty. **Journal of Social Policy**. Cambridge University Press, v.32 n.4, p.513-525, 2003.

DAVIS, B. et al. Hogares, pobreza y políticas em épocas de crisis – México, 1992-1996. **Revista de la CEPAL** 82, p.193-215, abril 2004.

De JANVRY, A. e SADOULET, E. Fitting the facts and capitalizing on new opportunities to redesign rural development programs in Latin America. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Brasília: SOBER, v.42 n.3 p.399-429, jul/set 2004.

DIRVEN, M. El empleo rural no agrícola y la diversidad rural em América Latina. **Revista de la CEPAL** 83, p.49-69, agosto 2004.

GAFAR, J. Growth, inequality and poverty in selected Caribbean and Latin America countries, with emphasis on Guyana. **Journal of Latin America Studies**, Cambridge University Press, v.30, p.591-617, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, Coleção Pesquisas 1, 1999.153 p.

HOFFMANN, R. **Distribuição de renda – medidas de desigualdade e pobreza**. S.Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 275 p.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais 2003**. Estudos & Pesquisas 12. Rio de Janeiro, 2004. 403 p.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e um exemplo de medida. In: XLII CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 2004, Cuiabá, MT. **Anais...** SOBER, 2004, CD-ROM.

RANIS, G. e STEWART, F. Crecimiento económico y desarrollo humano en América Latina. **Revista de la CEPAL** 78, p. 7-24, dezembro de 2002.

SON, H.H. A note on pro-poor growth. **Economic Letters** 82, p. 307-314. 2004. Disponível em www.sciencedirect.com.

SOUZA, P.M. et al. Questão agrária e desenvolvimento econômico e social nas regiões norte e noroeste fluminense. **Revista de Economia e Agronegócio**. Viçosa, v.2 n.3, p.383-408, jul/set 2004.

UNDP (United Nations Development Programme). **Human Development Report 1999**. New York and Oxford: Oxford University Press, 1999. 262 p.